ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preceitua o Decreto Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, os anexos às Demonstrações Financeiras visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial prevista no ponto n.º 8 do citado Decreto-Lei. As notas não mencionadas, não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações que se considera não existir informação que justifique a sua divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, obriga à existência articulada de três sistemas de contabilidade: orçamental, patrimonial e de custos. Quanto a esta última, são fixados um conjunto de procedimentos obrigatórios para o seu apuramento.

Todavia, por razões imputáveis ao sistema informático, não foi possível implementar, até à data, o sistema de contabilidade de custos.

É, no entanto, de referir, que a ausência deste sistema contabilístico não tem efeitos sobre o Balanço e a Demonstração de Resultados, pelo que, estes documentos reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados durante o exercício foram os seguintes:

Imobilizado:

O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, regra geral, foi valorizado ao custo de aquisição.

Os bens do imobilizado não são susceptíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.

Amortizações:

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado por Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências:

Foram valorizadas ao custo de aquisição, sem prejuízo das excepções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos.

O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, serão constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL.

Estas provisões serão calculadas com base na conta patrimonial 21.8.2 - Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa – Cobranças em litigio, pois poderão ser as que apresentam um risco de incobrabilidade devidamente justificado.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

- **8.2.6** Nada a registar no decurso do ano de 2007. As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento de € 9.995,94 dizem respeito a anos anteriores e já se encontram totalmente amortizadas.
- **8.2.7** Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço, encontram-se reflectidos no Mapa do Activo Bruto e Mapa das Amortizações e podem ser resumidos da seguinte forma:
- O *Imobilizado Bruto* (Coluna AB do Balanço) da autarquia apresenta um crescimento absoluto de 4.246.034,29 euros, representando um aumento aproximado de 20,67% comparativamente com o ano anterior, repartido pelas principais massas do imobilizado:

Bens de Domínio Público – Não reflectem qualquer movimento durante o ano findo.

Imobilizações Corpóreas – Com o já referido aumento de 4.246.034,29 euros, provenientes. Sobretudo, da execução de investimentos (obras).

As rubricas em que os aumentos têm maior significado são as imobilizações em curso com 4.081.300,12 euros e as imobilizações em curso e equipamento administrativo com 93.747,23 euros.

Investimentos Financeiros – Não existem alterações a registar.

As *amortizações acumuladas* da autarquia apresentam um saldo de € 2.244.394,23 em termos absolutos, representando um aumento de 299.849,71 euros.

Globalmente e em termos percentuais, esta rubrica regista num aumento de 15,42% relativamente ao ano anterior.

Considerando o valor significativo apresentado pelos reforços das amortizações, torna-se pertinente a decomposição do valor de 299.849,71 euros.

Sendo assim, revestem maior relevância, o reforço de amortizações de equipamento de transporte (€ 88.509,01), de equipamento administrativo (€ 95.261,44) e de Outras construções e infraestruturas (€ 78.789,94).

Os movimentos acima referidos, mais do que registos isolados devem ser complementados com a análise dos mapas que antecedem, Mapa do Activo Bruto e o das Amortizações.

Deve ainda ter-se em conta o reflexo destas movimentações, quer sobre o património, quer sobre os resultados transitados, reflexo que pode ser de sinal negativo ou positivo. Tendo estas correcções influência na classe 5 – Fundo Patrimonial, também se encontram explicitadas no ponto 8.2.28 deste anexo.

8.2.15 - Bens de Domínio Público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões:

Para efeitos de amortização, o período de vida útil das construções incluídas no Domínio Público, será contado a partir da data da sua conclusão e entrega da obra, e fixado em função da natureza dos materiais e das tecnologias utilizadas, o qual segue em regra, o estabelecido no CIBE (Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril).

Não foram objecto de amortização, os bens classificados em Terrenos e recursos naturais, atendendo que a Portaria não estabelece taxa de amortização, o mesmo aconteceu com as imobilizações em curso que apenas se amortizarão, como é natural e de lei, após a sua transferência para edifícios ou outras construções e infra-estruturas.

ENTIDADES PARTICIPADAS

Câmara Municipal de Vimioso

2007

(unidades: euros)

Nome da Entidade	Sede	Participação detida		Capitais	Resultado
Nome da Emidade	Sede	Perc.	Valor	Próprios	Líquido
Vimioso 2003 - Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E. M.	Casa da Cultura - Largo Mendo Rufino 5230- 314 Vimioso	100	50.000,00	46.581,79	4.538,28
Laboratório Regional de Trás- os-Montes, Lda	Câmara Municipal 5340 Macedo de Cavaleiros	4,55	3.741,00	365.514,20	56.276,05
Caça e Turismo - Terras de Vimioso, Lda	Largo S. Sebastião 5230-311 Vimioso	50	2.500,00	-1.796,97	-5.265,04

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas contas de terceiros (clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa), são discriminadas no balanço e atingem o valor global de 611,77 euros.

Mapa das Contas de Ordem

Câmara Municipal de Vimioso

2007

(unidades: euros)

09.1.1.1 F 09.1.1.1 C 09.1.1.1.2 C 09.1.1.1.3 C 09.1.1.2 F 09.1.1.2.1 C 09.1.1.2.1 C	CONTAS DEORDEM CAUÇÕES EDEPÓS ITOS DA GARANTIA Cauções de Água Particulares Cauções Prestadas Cauções Accionadas Cauções Accionadas Cauções Devolvidas	Devedor 455.343,67 433.748,17	920.851,15 900.036,83	Débito 232.958,26 228.226,13	Crédito 261.836,72	Saldo para ger Devedor	Credor 494.385,94
09.1.1 C 09.1.1.1 H 09.1.1.1.1 C 09.1.1.1.2 C 09.1.1.1.3 C 09.1.1.2 H 09.1.1.2 C 09.1.1.2 C	CAUÇÕES EDEPÓS ITOS DA GARANTIA Cauções de Água Particulares Cauções Prestadas Cauções Accionadas				261.836,72		404 205 04
09.1.1 C 09.1.1.1 H 09.1.1.1.1 C 09.1.1.1.2 C 09.1.1.1.3 C 09.1.1.2 H 09.1.1.2 C 09.1.1.2.1 C	CAUÇÕES EDEPÓS ITOS DA GARANTIA Cauções de Água Particulares Cauções Prestadas Cauções Accionadas				261.836,72		
09.1.1 C 09.1.1.1 H 09.1.1.1.1 C 09.1.1.1.2 C 09.1.1.1.3 C 09.1.1.2 H 09.1.1.2 C 09.1.1.2 C	GARANTIA Cauções de Água Particulares Cauções Prestadas Cauções Accionadas	433.748,17	900.036,83	228 226 13			
09.1.1.1 F 09.1.1.1.1 C 09.1.1.1.2 C 09.1.1.1.3 C 09.1.1.2 F 09.1.1.2.1 C 09.1.1.2.1 C 09.1.1.2.1 C 09.1.1.2.1 C 09.1.1.2.2 C 09.1.1.2.2 C 0	Particulares Cauções Prestadas Cauções Accionadas			220.220,13	256.935,18		494.997,7
09.1.1.1.1 C	Cauções Prestadas Cauções Accionadas						
09.1.1.1.2 C	Cauções Accionadas						
09.1.1.1.3 C	· ·						
09.1.1.2 F 09.1.1.2.1 C 09.1.1.2.2 C	Cauc ões De volvidas						
09.1.1.2.1 0 09.1.1.2.2 0							
09.1.1.2.2	Empresas						
	Cauções Prestadas						
09.1.1.2.3	Cauções Accionadas						
r	Cauç õe s De volvidas						
09.1.2	Cauções de Licenciamento Sanitário						
	Cauções Prestadas						
09.1.2.2	Cauções Accionadas						
09.1.2.3	Cauç ões De volvidas						
09.1.3	Cauções de Empreitadas	347.121,40	795.908,66	224.213,01	227.026,94		451.601,19
09.1.3.1	Cauções Prestadas		795.908,66		227.026,94		795.908,66
	Cauções Accionadas						
09.1.3.3	Cauç õe s De volvidas	347.121,40		224.213,01		571.334,41	
09.1.4	Cauções de Danificação de Infra-estruturas						
	Cauções Prestadas						
	Cauções Accionadas						
	Cauções De volvidas						
	Cauções de Loteamentos	72.787,52	72.787,52 72.787,52				72.787,52
	Cauções Prestadas Cauções Accionadas		12.161,32				12.161,32
	Cauções Devolvidas	72.787,52				72.787,52	
09.1.6	Cauções de Obras Particulares				40.044.54		
	Cauções Prestadas			1.669,00	18.821,75 18.821,75		17.152,75 18.821,75
	Cauções Accionadas				18.821,73		10.021,7.
	Cauções Devolvidas			1.669,00		1.669,00	
09.1.7	Outras cauções	13.839,25	31.340,65	2.344,12	11.086,49		26 242 77
	Cauções Prestadas	13.839,23	31.340,65	2.344,12	11.086,49		26.243,77 42.427,14
	Cauções Accionadas		31.340,03		11.000,49		72.727,17
09.1.7.3	Cauç ões Devolvidas	13.839,25		2.344,12		16.183,37	
09.1.8	Garantias						
	Cauções Prestadas						
09.1.8.2	Cauções Accionadas						
09.1.8.3	Cauç õe s De volvida s						
	RECEITA VIRTUAL-RECIBOS PARA			. =			
09.2	COBRANÇA	2 1.59 5,50	20.814,32	4.732,13	4.901,54	6 11,77	
	Receita de Anos Anteriores	19.574,57	323,56	4.732,13	298,61	23.684,53	
	Receita Liquidada	19.574,57		4.732,13		24.306,70	
	Receita Cobrada		292,32		166,38		458,70
09.2.1.3 F	Receita Anulada		3 1,2 4		132,23		163,47
	Receita do Ano Corrente	2.020,93	20.490,76		4.602,93		23.072,76
	Receita Liquidada	2.020,93				2.020,93	
	Receita Cobrada		20.490,76		4.602,93		25.093,69
09.2.2.3 F	Receita Anulada TOTAL:	455.343,67	920.851,15	232.958,26	261.836,72		494.385,94

Este mapa presta informação sobre os movimentos relativos a garantias, cauções e recibos para cobrança.

Assim, verifica-se que à data de 01.01.2007, a autarquia detinha em cauções o valor de 466.288,66 euros, ocorrendo durante a gerência de 2007 entregas no valor de 256.935,18 euros. Durante a mesma, foram libertadas cauções (reembolsos / restituições) no valor de 228.226,13 euros, o que faz com que transitem para o ano de 2008 cauções / garantias no valor de 494.997,71 euros.

Este valor encontra-se reflectido no mapa do Movimento Anual das Contas de Ordem no saldo para a gerência seguinte.

Quanto aos recibos para cobrança, o saldo da gerência anterior era de 781,18 euros e durante o ano de 2007 foram emitidos recibos no valor de 4.732,13 euros, sendo que foram cobrados e/ou anulados recibos no valor de 4.901,54 euros, pelo que transitaram para 2008, recibos para cobrança no valor de 611,77 euros.

8.2.27 – Nada a registar neste ítem, atendendo, nomeadamente, que o valor dos recibos para cobrança não é significativo.

No entanto, futuramente poderá, como se referiu no ponto 8.2.3, ser analisada em profundidade a necessidade, ou não, da constituição de provisões no âmbito das contas 19, 29.1, 29.2, 39 e 49.

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «fundo Patrimonial», constantes do balanço.

Conta 5 - Fundo Patrimonial

Decienção de Conte	Calda Inicial	Movimento no exercício aumentos diminuições		Saldo Final	
Designação da Conta	Saldo Inicial				
Património	6.048.354,19			6.048.354,19	
Reservas Legais	209.003,71	125.411,07		334.414,78	
Doações					
Resultados Transitados	5.959.298,17	2.508.221,49	125.411,07	8.342.108,59	
Resultado Líquido do Exercício	2.508.221,49	4.346.995,94	2.508.221,49	4.346.995,94	
Total:	14.724.877,56	6.980.628,50	2.633.632,56	19.071.873,50	

Conta 57.1 - Reservas Legais

Tipo de movimentos	Coldo Inicial	Moviment	o no exercício	Coldo Einal	
	Saldo Inicial	aumentos	diminuições	Saldo Final	
	209.003,71			209.003,71	
Dristribuição resultados transitados		125.411,07		125.411,07	
Total da conta Reservas Legais	209.003,71	125.411,07		334.414,78	

A Conta 57.1 – Reservas Legais – apresenta o valor de 334.414,78 euros, com o aumento de 125.411,07 euros em 2007, resultante da imposição legal já referida, ou seja 5% do resultado líquido do exercício de 2006.

Conta 59 - Resultados Transitados

Tino do movimentos	Calda Inicial	Movimento	no exercício	Saldo Final	
Tipo de movimentos	Saldo Inicial	aumentos	diminuições		
	5.959.298,17			5.959.298,17	
Transferência do RLE de 2006		2.508.221,49		2.508.221,49	
Distribuição do Resultado Liquido do Exercício de 2006			125.411,07	-125.411,07	
Total da conta Resultados Transitados	5.959.298,17	2.508.221,49	125.411,07	8.342.108,59	

A Conta 59 – Resultados Transitados – apresenta o valor de 8.342.108,59 euros, tendo sofrido um aumento 2.508.221,49 euros e uma diminuição no valor de 125.411,07 euros. Esta conta, além dos registos provenientes do resultado liquido do ano de 2006, acolhe, excepcionalmente, regularizações de elementos patrimoniais cuja inscrição não foi realizada em devido tempo.

Conta 88 - Resultado Líquido do Exercício

Tipo de movimentos	Calda Inicial	Moviment	Coldo Einel	
	Saldo Inicial	aumentos	diminuições	Saldo Final
	2.508.221,49			2.508.221,49
Transferência do RLE de 2006			2.508.221,49	-2.508.221,49
Resultado Líquido do Exercício de 2007		4.346.995,94		4.346.995,94 €
Total da conta Resultado Líquido do Exercício	2.508.221,49	4.346.995,94	2.508.221,49	4.346.995,94

A conta 88 - Resultado Liquido do Exercício - Face às imposições do ponto 2.7.3. do POCAL, o resultado líquido do exercício de 2006 no valor de 2.508.221,49 euros foi transferido para a conta de Resultados Transitados e, posteriormente, desta para a de Reservas Legais, a quantia de 125.411,07 euros.

Durante o exercício de 2007, o Resultado Liquido do Exercício apurado foi de 4.346.995,94 euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Câmara Municipal de Vimioso

2007

(unidades: euros)

	2007	2006
Juros suportados	113.334,18	80.589,75
Perdas em entidades participadas		
Amortizações de investimentos em imóveis		
Provisões para aplicações financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros custos e perdas	1.683,57	1.188,22
RESULTADOS FINANCEIROS	-99.656,56	-68.852,01
TOTAL	15361,19	12925,96

contas		2007	2006
_			
781	Juros Obtidos	8.137,89	7.836,40
782	Ganhos em entidades participadas	7.223,30	4.988,02
783	Rendimento de imóveis		
784	Rendimentos de participações de capital		
785	Diferenças de câmbio favoráveis		
786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
788	Outros proveitos e ganhos financeiros		101,54
	TOTAL	15.361,19	12.925,96

8.2.32

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Câmara Municipal de Vimioso

2007

(unidades: euros)

Transferências de capital concedidas	26.441,06	244.906,91	791	Restituição de impostos		
Dividas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
Perdas em existências		114,47	793	Ganhos em existências		985,61
Perdas de imobilzações	511,10		794	Gabhos em imobilizações	113,47	391,09
Multas e penalidades		3193,18	795	Beneficios e penalidades contratuais	6183,07	1472,61
Aumentos de amortizações e provisões	15761,41		796	Reduções de amortizações e provisões		
Correcções relativas a exercícios anteriores	15.200,48	2.829,75	797	Correcções relativas Ex. anteriores		11,42
Outros custos e perdas extraordinários	52,73	5.351,81	798	Outros proveitos e ganhos financeiros	59637,18	7715,78
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	7.966,94	-245.819,61		TOTAL	65.933,72	10.576,51
TOTAL	65.933,72	10.576,51				